



Anexo III - Termo Ref.

**Município de Nova Ramada**

**Estado do Rio Grande do Sul**

**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	012/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação Empresa de Transporte

**1. Definição do objeto**

O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa de transportes para realizar uma viagem com saída de Nova Ramada no dia **15 de dezembro de 2023**, às 07 horas, tendo como destino o Parque Aquático Hawái, localizado na Linha 06 Leste, interior de Ijuí/RS, cujo objetivo é proporcionar aos membros do Grupo de Convivência e Saúde Mental Gratidão - grupo terapêutico acompanhado pelo NAAB - Núcleo de Apoio a Atenção Básica - uma viagem de lazer, diversão, acesso à cultura, novos conhecimentos e aprendizados. Chegada prevista em Nova Ramada às 20 horas do referido dia.

Esta contratação visa o transporte dos integrantes do grupo terapêutico de saúde mental, compostos por pacientes oncológicos, ex-alcoolistas, portadores de depressão e pessoas em sofrimento mental, visando proporcionar aos mesmos uma viagem de lazer, diversão, cultura, novos conhecimentos e aprendizados, uma vez que são pessoas que devido as suas enfermidades, tanto físicas como psíquicas, precisam de formas de lazer e descontração, pois na maioria das vezes estão tão isoladas do convívio social que acabam prejudicando até o próprio tratamento.

**2. Fundamentação da contratação**

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 012/2023, de 21 de junho de 2023.

**3. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para realizar uma viagem com os membros do Grupo de Convivência e Saúde Mental Gratidão - grupo terapêutico acompanhado pelo NAAB - Núcleo de Apoio a Atenção Básica, com as descrições mínimas constante na lista em anexo.

**4. Requisitos da contratação**

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As características do objeto estão descritas na planilha e no Projeto de Viagem, ambos em anexo.

A empresa de transporte deverá fornecer um ônibus com capacidade de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança.

A viagem deverá acontecer no dia 15 de dezembro de 2023 com saída às 07 horas do Barro Preto, tendo como ponto de partida o Posto de Combustível, passando pelo Centro Administrativo (UBS), Pinhal (antigo Posto de Combustível), Assis Brasil (pórtico), seguindo para o Parque Aquático Hawái. Retorno com chegada prevista para as 20 horas do referido dia.

Salienta-se que se possível, não ocorra a baldeação (troca de veículo) no decorrer da viagem.

Assinatura



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

A contratada deverá manter todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o Município isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do serviço.

A contratada deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação e se responsabilizar pelas despesas com alimentação de seus motoristas.

A contratada deverá cumprir a data e os horários estabelecidos pelo Município, bem como respeitar os locais de paradas durante a viagem, quando solicitados pelos responsáveis; indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato; disponibilizar motorista que conheça o percurso da viagem.

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado.

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a realização da viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio da modalidade de pregão eletrônico.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Avenida Natal Palmero, nº 393 – Centro – Nova Ramada/RS Cep: 98.758-000  
Fone: (55) 9 9971-0721 Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [sauderamada@terra.com.br](mailto:sauderamada@terra.com.br)

*Handwritten signature*



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas;
- Declaração que atende os requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;
- Declaração que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (preferência na contratação);
- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
  - a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei

Avenida Natal Palmero, nº 393 – Centro – Nova Ramada/RS Cep: 98.758-000  
Fone: (55) 9 9971-0721 Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [sauderamada@terra.com.br](mailto:sauderamada@terra.com.br)

*Assinatura*



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
  - b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
  - c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 2.
5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
6. A aplicação das sanções previstas no item 2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - b) pagamento da multa;
  - c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de

*Handwritten signature*



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### 5. Modelo de execução do objeto

Os serviços deverão ser prestados nos dias estabelecidos, seguindo o roteiro previsto e as características solicitadas do veículo, objetivando atender à solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização da viagem.

#### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social Gracieli Endl - oficineira, a ser designada através de Portaria.

#### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, emissão da nota fiscal em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

#### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do Estudo Técnico Preliminar nº 012/2023, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacon e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

1. ACM Transportes Turísticos Ltda, CNPJ nº 73.500.696/0001-99;
2. FM Turismo Ltda, CNPJ nº 27.337.522/0001-30;
3. Sautur Oliveira Viagens e Transportes Ltda, CNPJ nº 03.722.812/0001-39.

#### 9. Estimativa do valor da contratação

*Ass. Social*



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Observa-se que o referido valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

**10. Adequação orçamentária**

De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

**11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?**

☒ NÃO.

☐ SIM. QUAL?

Nova Ramada, 21 de junho de 2023.

  
Andréia Szostkiewicz Riewe  
Agente Administrativa  
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 21 de junho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Parecer do Responsável financeiro:

☒ Há recursos financeiros disponíveis

☐ A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

☐ Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 21 de junho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social  
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

**ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 012/2023**

PROJETO / ATIVIDADE:				2.058 AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	CÓDIGO DA DESPESA: 8111		
Fonte de Recursos: 2621				Detalhamento da Fonte:	4011 ATENÇÃO BÁSICA		
OUTROS SERV. DE TERC. - PESS. JURÍDICA				Outros Serviços de Transporte			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
1	1	1	Und	Viagem ao Parque Aquático Hawaii, localizado na Linha 06 Leste, interior de Ijuí/RS, com saída às 07 horas do dia 15/12/2023 de Barro Preto e retorno no mesmo dia, com chegada prevista para às 20 horas, no mesmo local de saída, devendo ser um ônibus de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança	1.500,00	1.500,00	
TOTAL DA DESPESA						1.500,00	

*Ilvise*

Responsável pela Elaboração

*Ilvise*

Secretário

*Ilvise*

Empenhos

21/06/23

Almoxarifado



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

460

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	05/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação de Serviço de Transporte

### 1. Definição do objeto

Contratação de serviços de transporte com veículo com no mínimo 22 passageiros, para levar os membros do COMUDER – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para viagem de estudos nos dias 29 e 30 de agosto de 2023, conforme roteiro abaixo:

Dia 29/08/23: Nova Ramada/RS - Esteio/RS (EXPOINTER)

Dia 30/08/23: Carlos Barbosa/RS - Gentil/RS – Nova Ramada/RS

A saída será em torno das 01h00min do dia 29 de agosto de 2023 e retorno em torno das 24h00min do dia 30 de agosto de 2023, ambos em frente à Prefeitura Municipal.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 05/2023, de 07 de junho de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para o realizar viagem de estudos/conhecimentos do COMUDER, com as descrições mínimas descritas em lista em anexo.

### 4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico – Menor Preço.

O serviço de transporte deverá ser ofertado por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características da viagem, veículo a ser utilizado e outras informações encontram-se na planilha anexa.

O serviço de transporte deverá ser executado da seguinte forma:

Serviços de transporte para as cidades de Esteio/RS (EXPODIRETO) e para as cidades de Carlos Barbosa/RS - Gentil/RS, para levar os membros do COMUDER – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural participarem na EXPOINTER e em visitas a propriedades com ordenha com sistema robotizado, agroindústria de processamento lácteo e sistema de irrigação subterrâneo. O veículo deverá ter capacidade mínima de 22 passageiros. A saída e chegada será em frente à Prefeitura Municipal de Nova Ramada/RS, conforme Projeto da Viagem em anexo;

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a referida viagem e autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Certidão de Registro no RECEFATUR (Detran/RS).

fb



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA**

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá a empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));

- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));

- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));

- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa. A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA**

- quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:
- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.
- 3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo.
- 3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

A CONTRATANTE deverá:

Enviar as listas dos passageiros à **CONTRATADA** com no **máximo três dias** de antecedência de cada viagem, contendo nome completo, número de identidade e órgão emissor

Orientar aos passageiros para que na data da viagem portem o documento informado na lista, sem os quais não será possível viajar.

Orientar e/ou acompanhar a empresa vencedora sobre o acesso aos locais de embarque e desembarque dos passageiros.

A CONTRATADA deverá:

Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

Manter o veículo com todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito.

Assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o **CONTRATANTE** isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento convocatório.

Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, conforme estabelecido neste contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes neste contrato.

Se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA

Cumprir a data e os horários estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem.

**Parágrafo oitavo.** Indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato.

Disponibilizar motoristas que conheçam o percurso de cada viagem

### 5. Modelo de execução do objeto

Os serviços devem ser prestados nas datas solicitadas, nos locais solicitados, com o veículo nas características solicitados, objetivando atender a solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização das viagens

### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pelo servidor da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Tiago Cristiano Speroni, matrícula nº 591-6/2, a ser designado através de portaria.

### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a referida viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183/2021.

### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, constante do Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacom e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores para a presente licitação:

- 1- A.C.M. Transportes Turísticos LTDA – CNPJ: 73.500.696/0001-99
- 2- FM Turismo Ltda – ME – CNPJ: 27.337.522/001-30
- 3 - Líder Transportes Rodoviários Ltda. – CNPJ: 06.814.353/0001-01

### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente preço estimado unitário mediano no montante de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em anexo planilhas de custo.

Observa-se que o referido valor é compatível com a praticidade pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MA**

**10. Adequação orçamentária**

De acordo com o projeto /atividade, fonte de recursos e detalhamento da fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de empenhos.

**11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?**

(x) NÃO.

( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 07 de junho de 2023.

Eneida Bilibio Lemanski  
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 07 de junho de 2023.

Tiago Cristiano Speroni  
Secretário Municipal de Agricultura e MA

Parecer do Responsável financeiro:

( x ) Há recursos financeiros disponíveis

( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 07 de junho de 2023.

Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da Fazenda

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 05/2023

PROJETO / ATIVIDADE:				PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE		CÓDIGO DA DESPESA: 2.072		7835	
Fonte de Recursos:				1.500		Recursos Não Vinculados a Impostos			
MATERIAL DE CONSUMO				Contratação de Veículo		Detalhamento da Fonte:			
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO		VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.	
				Veículo deverá conter no mínimo: 22 lugares para passageiros, som ambiente, ar condicionado, bancos individuais e reclináveis, cintos de segurança e bagageiro.		7.000,00	7.000,00		
3	1	1	UND				7.000,00		
TOTAL DA DESPESA									

*Eneida*

Eneida Bilibio Lemanski

Responsável pela Elaboração

*Tiago*

Tiago Cristiano Speroni

Secretário

*Almoxarifado*

Empenhos

Almoxarifado



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

1162

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	10/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação de Serviço de Transporte

### 1. Definição do objeto

Contratação de serviços de transporte com veículo com no mínimo 38 passageiros, para levar os educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I para viagens de estudos conforme projeto de viagens em anexo.

Dia 08/11/23 - 11/11/23: Nova Ramada/RS - Porto Alegre /RS. A saída será em torno das 8h do dia 08 de novembro de 2023 e retorno em torno das 02h do dia 11 de novembro, ambos em frente à Escola.

Dia 15/11/23- 18/11/2023: Nova Ramada/RS-Cambará do Sul - Canela- Gramado- Nova Ramada. A saída será em torno das 9h do dia 15 de novembro de 2023 e retorno em torno das 10h do dia 18 de novembro, ambos em frente à Escola.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 10/2023, de 15 de junho de 2023

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para o realizar viagem de estudos/conhecimentos para os educandos, com as descrições mínimas descritas em lista em anexo.

### 4. Requisitos da contratação

A licitação para contratação do objeto se dará na modalidade de Pregão Eletrônico - Menor Preço.

O serviço de transporte deverá ser ofertado por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características da viagem, veículo a ser utilizado e outras informações encontram-se na planilha anexa.

O serviço de transporte deverá ser executado da seguinte forma:

Serviços de transporte com veículo com no mínimo 38 passageiros, para levar os educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I para viagens de estudos conforme projeto de viagens em anexo.

Dia 08/11/23 - 11/11/23: Nova Ramada/RS - Porto Alegre /RS. A saída será em torno das 8h do dia 08 de novembro de 2023 e retorno em torno das 02h do dia 11 de novembro, ambos em frente à Escola.

Dia 15/11/23- 18/11/2023: Nova Ramada/RS-Cambará do Sul - Canela- Gramado- Nova Ramada. A saída será em torno das 9h do dia 15 de novembro de 2023 e retorno em torno das 10h do dia 18 de novembro, ambos em frente à Escola, conforme Projetos das Viagens em anexo. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a referida viagem e autorização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo. No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

1162



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

O orçamento não necessita ser sigiloso.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Certidão de Registro no RECEFITUR (Detran/RS).
- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante;

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá da empresa classificada em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));

- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa. A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

3.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2

2



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

3.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 3.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

3.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo

3.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

3.6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

3.7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

3.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- 3.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 3.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 3.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 3.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - b) pagamento da multa;
  - c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 3.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- A CONTRATANTE deverá:
- Enviar as listas dos passageiros à **CONTRATADA** com no **máximo três dias** de antecedência de cada viagem, contendo nome completo, número de identidade e órgão emissor.
  - Orientar aos passageiros para que na data da viagem portem o documento informado na lista, sem os quais não será possível viajar.
  - Orientar e/ou acompanhar a empresa vencedora sobre o acesso aos locais de embarque e desembarque dos passageiros.
- A CONTRATADA deverá:
- Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.
  - Manter o veículo com todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito.
  - Assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o **CONTRATANTE** isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,**  
**CULTURA, DESPORTO E TURISMO**

da execução deste instrumento convocatório.

Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, conforme estabelecido neste contrato, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação, bem como realizar as obrigações constantes neste contrato.

Se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas.

Cumprir a data e os horários estabelecidos pelo **CONTRATANTE**, bem como **respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem.**

**Parágrafo oitavo.** Indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato.

Disponibilizar motoristas que conheçam o percurso de cada viagem. No caso a viagem a Cambará é obrigação da empresa cumprir o roteiro disponibilizando o transporte até os Canyons.

**5. Modelo de execução do objeto**

Os serviços devem ser prestados nas datas solicitadas, nos locais solicitados, com o veículo nas características solicitados, objetivando atender a solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização das viagens.

**6. Modelo de Gestão do Contrato**

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo diretora Adriane Rubert, a ser designada através de portaria.

**7. Critérios de medição e de pagamento**

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a referida viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183/2021.

**8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço**

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, constante do Estudo Técnico Preliminar nº 10/2023, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacom e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

solicitadas pela Secretaria, mediante a alteração dos roteiros por parte da escola solicitante.

Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores para a presente licitação:

- 1- A.C.M. Transportes Turísticos LTDA – CNPJ: 73.500.696/0001-99
- 2- FM Turismo Ltda – ME – CNPJ: 27.337.522/001-30
- 3 - Líder Transportes Rodoviários Ltda. – CNPJ: 06.814.353/0001-01

### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se, portanto, o preço unitário mediano no montante de item 1 da tabela em anexo – viagem a Porto Alegre R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) item 2 – viagem a Cambará do Sul R\$11.500,00 (onze mil e quinhentos reais). Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

### 10. Adequação orçamentária

De acordo com o projeto /atividade, fonte de recursos e detalhamento da fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de empenhos.

### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(x) NÃO.

( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 15 de junho de 2023.

*Taciane Denise Uhde Dalsasso*

Taciane Denise Uhde Dalsasso

Agente Administrativo Auxiliar

Responsável pela elaboração do estudo

Parecer do Responsável financeiro:

( ) Há recursos financeiros disponíveis

( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

(x) Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva aquisição ( Decreto para suplementação encaminhado)

Nova Ramada, 15 de junho de 2023.

*Volnir Rubert*

Volnir Rubert

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo

Em acordo:

Nova Ramada, 15 de junho de 2023.

*[Assinatura]*  
Gabinete do Prefeito

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2023

PROJETO / ATIVIDADE: 2.028 Manutenção do Ensino Fundamental				CÓDIGO DA DESPESA: 8289			
Fonte de Recursos: 2500				Detalhamento da Fonte: 20			
OUTROS SERV. TERCI. PESSOA JURÍDICA				SERVIÇOS DE TRANSPORTE			
Cód. PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR. MÁX. ITEM	VLR. TOTAL	CÓD. ALMOX.
				Serviços de transporte com veículo com no mínimo 38 passageiros, para levar os educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I para viagens de estudos conforme projeto de viagens em anexo. Dia 08/11/23 - 11/11/23: Nova Ramada/RS - Porto Alegre /RS. A saída será em torno das 8h do dia 08 de novembro de 2023 e retorno em torno das 02h do dia 11 de novembro, ambos em frente à Escola, conforme Projetos das Viagens em anexo. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação. Manter o veículo com todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito. Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros; Se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas, cumprir a data e os horários estabelecidos pelo CONTRATANTE, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem. Disponibilizar motoristas que conheçam o percurso de cada viagem. Roteiro: Porto Alegre - Grupo RBS, Museu Militar do Comando Militar do Sul, Museu de Arte do Rio Grande do Sul, Arena do Grêmio, Assembleia Legislativa, Passeio Turístico com ônibus panorâmico, Estádio do Sport Clube Internacional, Passeio no barco Cisne Branco, Passeio no orla do Rio Guaíba e Skate Park - Maior pista de Skate da América - Shopping Iguatemi, Shopping Bourbon, Passeio de Tremurb e Aeroporto Salgado Filho, Museu de Ciências e Tecnologia da PUC e visitação e passeio na 69ª Feira do livro de Porto Alegre.	8.500,00	8.500,00	
4	1	1	UNID.			R\$ 11.500,00	
9	2	1	UND	Serviços de transporte com veículo com no mínimo 38 passageiros, para levar os educandos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pedro I para viagens de estudos conforme projeto de viagens em anexo. Dia 15/11/23- 18/11/2023: Nova Ramada/RS-Cambará do Sul - Canela- Gramado- Nova Ramada. A saída será em torno das 9h do dia 15 de novembro de 2023 e retorno em torno das 10h do dia 18 de novembro, ambos em frente à Escola, conforme Projetos das Viagens em anexo. Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação. Manter o veículo com todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito. Prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros; Se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas. Cumprir a data e os horários estabelecidos pelo CONTRATANTE, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem. Disponibilizar motoristas que conheçam o percurso de cada viagem. No caso a viagem a Cambará é obrigação da empresa cumprir o roteiro disponibilizando o transporte até os Canyons. Roteiro: Nova Ramada - Cambará do Sul (Parque Nacional Aparatos da Serra-Terra dos Cânions) - Cânions Itaimbezinho e Fortaleza-Gramado/Canela: Mundo a vapor - Bondinho aéreo (passeio de bondinho aéreo) - Cascata do Caracol- Alpen Park 1- Trenó Cinema 4D, Big Game Interactive, Bate Bate, Alpen Blizzard (Montanha Russa); Alpen Turbo Drop (Torre de 20 metros com vista 360° e descida em queda livre)- Fábrica de Chocolate Florybal;- Rua Coberta;- Lago Negro, Catedral de Pedra - Canela	11.500,00	R\$ 20.000,00	

*Tatiane Denise Ueda Dalsasso*  
Responsável pela Elaboração  
Tatiane Denise Ueda Dalsasso

*Volmir Rubert*  
Secretário  
Volmir Rubert

*Leusa* 19/06/23  
Empenhos

*[Assinatura]*  
Assinatura



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

461

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<b>SOLICITAÇÃO N°</b>	010/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação Empresa de Transporte

**1. Definição do objeto**

O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa de transportes para realizar uma viagem com saída de Nova Ramada no dia 22 de novembro de 2023, às 04 horas, tendo como destino o Parque de Águas Termais, na cidade de Piratuba/SC, cujo objetivo é proporcionar aos membros do Grupo de Convivência e Saúde Mental Gratidão - grupo terapêutico acompanhado pelo NAAB - Núcleo de Apoio a Atenção Básica - uma viagem de lazer, diversão, acesso à cultura, novos conhecimentos e aprendizados. Chegada prevista em Nova Ramada às 02 horas do dia 25 de novembro de 2023.

Esta contratação visa o transporte dos integrantes do grupo terapêutico de saúde mental, compostos por pacientes oncológicos, ex-alcoolistas, portadores de depressão e pessoas em sofrimento mental, visando proporcionar aos mesmos uma viagem de lazer, diversão, cultura, novos conhecimentos e aprendizados, uma vez que são pessoas que devido as suas enfermidades, tanto físicas como psíquicas, precisam de formas de lazer e descontração, pois na maioria das vezes estão tão isoladas do convívio social que acabam prejudicando até o próprio tratamento, além de ser um momento terapêutico, devido as águas termais proporcionarem auxílio em muitas enfermidades físicas, comprovadas cientificamente.

**2. Fundamentação da contratação**

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 010/2023, de 16 de junho de 2023.

**3. Descrição da solução como um todo**

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo atividade pertinente para realizar uma viagem com os membros do Grupo de Convivência e Saúde Mental Gratidão - grupo terapêutico acompanhado pelo NAAB - Núcleo de Apoio a Atenção Básica, com as descrições mínimas constante na lista em anexo.

**4. Requisitos da contratação**

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As características do objeto estão descritas na planilha e no Projeto de Viagem, ambos em anexo.

A empresa de transporte deverá fornecer um ônibus com capacidade de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança.

A viagem deverá acontecer com saída do Barro Preto, tendo como ponto de partida o Bar do Kiko, dia 22 de novembro de 2023, às 04 horas, passando pelo Centro Administrativo (UBS), Pinhal (praça), Assis Brasil (pórtico), com previsão de chegada ao Parque das Águas Termais, na cidade de Piratuba/SC em torno das 13 horas do referido dia, onde ficarão até o dia 24/11/2023 às 17 horas. Chegada prevista para as 02

*Assine*



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

horas do dia 25 de novembro de 2023.

**Salienta-se que se possível, não ocorra a baldeação (troca de veículo) no decorrer da viagem.**

A contratada deverá manter todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o Município isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do serviço.

A contratada deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação e se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas.

A contratada deverá cumprir a data e os horários estabelecidos pelo Município, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem; indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato; disponibilizar motoristas que conheçam o percurso da viagem.

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado.

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a realização da viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio da modalidade de pregão eletrônico.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras

Avenida Natal Palmero, nº 393 – Centro – Nova Ramada/RS Cep: 98.758-000  
Fone: (55) 9 9971-0721 Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [sauderamada@terra.com.br](mailto:sauderamada@terra.com.br)

*Rhema  
Haine*



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

normas específicas.

- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br));
- e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração

*Assinatura*  
*Assinatura*



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 2.

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas no item 2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação

*Assinatura*  
*Assinatura*



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.	
<b>5. Modelo de execução do objeto</b>	
Os serviços deverão ser prestados nos dias estabelecidos, seguindo o roteiro previsto e as características solicitadas do veículo, objetivando atender à solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização da viagem.	
<b>6. Modelo de Gestão do Contrato</b>	
Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social Gracieli Endl - oficineira, a ser designada através de Portaria.	
<b>7. Critérios de medição e de pagamento</b>	
O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, emissão da nota fiscal em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.	
No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <a href="https://www.novaramada.rs.gov.br">https://www.novaramada.rs.gov.br</a> ), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.	
<b>8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço</b>	
O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.	
Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do Estudo Técnico Preliminar nº 010/2023, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.	
Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacon e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as solicitadas pela Secretaria.	
Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:	
1. ACM Transportes Turísticos Ltda, CNPJ nº 73.500.696/0001-99;	
2. FM Turismo Ltda, CNPJ nº 27.337.522/0001-30;	
3. Sautur Oliveira Viagens e Transportes Ltda, CNPJ nº 03.722.812/0001-39.	
<b>9. Estimativa do valor da contratação</b>	
Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).	
Observa-se que o referido valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.	
<b>10. Adequação orçamentária</b>	
De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da	

*Simone*  
*Gracieli*



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

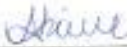
Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

#### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

☒ NÃO.

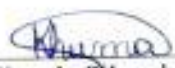
☐ SIM. QUAL?

Nova Ramada, 16 de junho de 2023.

  
Andréia Szostkiewicz Riewe  
Agente Administrativa  
Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 16 de junho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

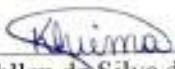
Parecer do Responsável financeiro:

☒ Há recursos financeiros disponíveis

☐ A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

☐ Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 16 de junho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social  
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 010/2023

PROJETO / ATIVIDADE:				2.058 AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA	CÓDIGO DA DESPESA:
Fonte de Recursos:				2621	8111
OUTROS SERV. DE TERC. - PESS. JURÍDICA				Detalhamento da Fonte:	
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	Outros Serviços de Transporte	4011 ATENÇÃO BÁSICA
				DESCRIÇÃO	
2	1	1	Und	Viagem a Piratuba com saída de Nova Ramada às 04 horas do dia 22/11/2023 e retorno no dia 25/11/2023 às 02 horas, devendo ser um ônibus de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança	
					9.200,00
					9.200,00
				TOTAL DA DESPESA	9.200,00

Responsável pela Elaboração

Secretário

Empenhos

Almoxarifado



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Via  
Lacerda  
Rug. 440

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	09/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Contratação Empresa de Transporte

### 1. Definição do objeto

O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa de transportes para realizar uma viagem com saída de Nova Ramada no dia 13 de dezembro de 2023, às 05 horas, tendo como destino o Parque de Águas Termais, na cidade de Piratuba/SC, cujo objetivo é proporcionar aos membros do Grupo de 2ª e 3ª Idade "Unidos Venceremos" uma viagem de lazer, diversão, acesso à cultura, novos conhecimentos e aprendizados. Chegada prevista em Nova Ramada às 22 horas do dia 15 de dezembro de 2023.

Esta contratação visa o transporte dos integrantes do grupo de 2ª e 3ª Idade compostos por pessoas da melhor idade, visando proporcionar aos mesmos uma viagem de lazer, diversão, cultura, novos conhecimentos e aprendizados, uma vez que Piratuba oferece aos turistas integração entre lazer, cultura e contato com outros grupos de pessoas nas atividades sócio/culturais.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 09/2023, de 30 de junho de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo de atividade pertinente para realizar uma viagem com os membros do Grupo de 2ª e 3ª Idade - grupo da melhor idade, com as descrições mínimas constante na lista em anexo.

### 4. Requisitos da contratação

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As características do objeto estão descritas na planilha e no Projeto de Viagem, ambos em anexo.

A empresa de transporte deverá fornecer um ônibus com capacidade de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança.

A viagem deverá acontecer com saída na localidade de Macieira, tendo como ponto de partida o Posto do Macieira, dia 13 de dezembro de 2023, às 05 horas, onde os passageiros deverão estar à espera do transporte. A previsão de chegada ao Parque das Águas Termais, na cidade de Piratuba/SC em torno das 11:30 horas do referido dia, onde ficarão até o dia 15 de dezembro de 2023 às 16 horas. Chegada prevista para as 22 horas do dia 15 de dezembro de 2023.

Salienta-se que se possível, não ocorra a baldeação (troca de veículo) no decorrer da viagem.

A contratada deverá manter todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito,



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o Município isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução do serviço.

A contratada deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação e se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas.

A contratada deverá cumprir a data e os horários estabelecidos pelo Município, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem; indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato; disponibilizar motoristas que conheçam o percurso da viagem.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado.

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a realização da viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (CRAS).

O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio da modalidade de pregão eletrônico.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

de outras sanções, conforme previsto no item 2.

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas no item 2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 5. Modelo de execução do objeto

Os serviços deverão ser prestados nos dias estabelecidos, seguindo o roteiro previsto e as características solicitadas do veículo, objetivando atender à solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização da viagem.

### 6. Modelo de Gestão do Contrato



## Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

### TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social Simoni Fatima Dallabrida, a ser designada através de Portaria.

#### 7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, emissão da nota fiscal em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

#### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do Estudo Técnico Preliminar nº 09/2023, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacão e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

1. ACM Transportes Turísticos Ltda, CNPJ nº 73.500.696/0001-99;
2. FM Turismo Ltda, CNPJ nº 27.337.522/0001-30;
3. Sautur Oliveira Viagens e Transportes Ltda, CNPJ nº 03.722.812/0001-39.

#### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

Observa-se que o referido valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

#### 10. Adequação orçamentária

De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

#### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

(X) NÃO.

( ) SIM. QUAL?



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

Eliane Winter

Ag. Admin. Auxiliar

Responsável pela elaboração

Em acordo:

Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

Kethllen da Silva de Lima

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Parecer do Responsável financeiro:

☒ (X) Há recursos financeiros disponíveis

☐ ( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual

☐ ( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

Kethllen da Silva de Lima

Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

**ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 09/2023**

PROJETO / ATIVIDADE:				2.064 Grupo de Convivencia dos Idosos				CÓDIGO DA DESPESA: 8355	
Fonte de Recursos:		2501		Detalhamento da Fonte: 1087					
OUTROS SERV. DE TERC. - PESS. JURIDICA				Outros Serviços de Transporte					
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.		
11	1	1	Und	Viagem a Piratuba com saída de Nova Ramada às 05 horas do dia 13/12/2023 e retorno no dia 15/12/2023 às 22 horas, devendo ser um ônibus de no mínimo 44 lugares, equipado com toailete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança	9.200,00	9.200,00			
TOTAL DA DESPESA						9.200,00			

Responsável pela Elaboração

Secretário

Empenhos

Almoxarifado



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

Rep. 471

## TERMO DE REFERÊNCIA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

SOLICITAÇÃO Nº	10/2023
ASSUNTO:	Contratação Empresa de Transporte

### 1. Definição do objeto

O presente Termo tem como objeto a contratação de empresa de transportes para realizar uma viagem com saída de Nova Ramada no dia 23 de novembro de 2023, às 05 horas, tendo como destino o Parque de Águas Termais, na cidade de São João do Oeste/SC, cujo objetivo é proporcionar aos membros do Grupo de 2ª e 3ª Idade "Unidos Venceremos" uma viagem de lazer e diversão. Chegada prevista em Nova Ramada às 24 horas do dia 23 de novembro de 2023.

Esta contratação visa o transporte dos integrantes do grupo de 2ª e 3ª Idade compostos por pessoas da melhor idade, visando proporcionar aos mesmos uma viagem de lazer, diversão uma vez que São João do Oeste - SC oferece várias atrações aos visitantes.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 10/2023, de 03 de julho de 2023.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é a contratação de empresa do ramo de atividade pertinente para realizar uma viagem com os membros do Grupo de 2ª e 3ª Idade - grupo da melhor idade, com as descrições mínimas constante na lista em anexo.

### 4. Requisitos da contratação

O serviço tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

As características do objeto estão descritas na planilha e no Projeto de Viagem, ambos em anexo.

A empresa de transporte deverá fornecer um ônibus com capacidade de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança.

A viagem deverá acontecer com saída na localidade de Macieira, tendo como ponto de partida o Posto do Macieira, dia 23 de novembro de 2023, às 05 horas, onde os passageiros deverão estar à espera do transporte. A previsão de chegada ao Parque das Águas Termais, na cidade de São João do Oeste/SC em torno das 10:00 horas do referido dia, onde ficarão até o dia 23 de novembro de 2023 às 16 horas. Chegada prevista para as 24 horas do dia 23 de novembro de 2023.

Salienta-se que se possível, não ocorra a baldeação (troca de veículo) no decorrer da viagem.

A contratada deverá manter todos os requisitos exigidos pela legislação de trânsito e assumir inteira, exclusiva e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais, tributárias, trabalhistas e de proteção aos seus empregados, multas de trânsito, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do serviço, ficando o Município isento do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da

Avenida Natal Palmero, nº 393 – Centro – Nova Ramada/RS Cep: 98.758-000

Fone: (55) 9 9971-0721 Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [sauderamada@terra.com.br](mailto:sauderamada@terra.com.br)



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

execução do serviço.

A contratada deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos passageiros, de modo a satisfazer as condições de regularidade, segurança e cortesia na sua prestação, devendo estar com seus veículos em bom estado de conservação e se responsabilizar pelas despesas de hospedagem, reservas e alimentação de seus motoristas.

A contratada deverá cumprir a data e os horários estabelecidos pelo Município, bem como respeitar os locais de paradas durante as viagens quando solicitados pelos responsáveis da viagem; indenizar às suas expensas quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente contrato; disponibilizar motoristas que conheçam o percurso da viagem.

A contratação fica submetida às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado.

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a realização da viagem, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social (CRAS).

O orçamento não necessita ser sigiloso.

A contratação será realizada por meio da modalidade de pregão eletrônico.

O contratado deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimentos dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Deverá também ser exigido ainda do licitante:

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)).



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- br) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
  - Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
  - Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 2.

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas no item 2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 2, alínea "b", será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**5. Modelo de execução do objeto**

Os serviços deverão ser prestados nos dias estabelecidos, seguindo o roteiro previsto e as características solicitadas do veículo, objetivando atender à solicitação da Secretaria, sendo que o pagamento se dará após a realização da viagem.

**6. Modelo de Gestão do Contrato**

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, por tratar-se de serviços. A gestão será realizada pela servidora Simone



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto, prazos e outros, se dará pela servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social Simoní Fatima Dallabrida, a ser designada através de Portaria.

**7. Critérios de medição e de pagamento**

O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias após a prestação do serviço, emissão da nota fiscal em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA e autorização da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço**

O futuro fornecedor será selecionado mediante processo licitatório na modalidade pregão Eletrônico, menor preço unitário por item.

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do Estudo Técnico Preliminar nº 10/2023, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada e com ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços com empresas participante de processos de contratações anteriores para o mesmo objeto e através de pesquisas de preços com outras empresas do ramo, uma vez que não há no Licitacon e no Portal de Compras serviços de transporte, ou seja, viagem com características iguais as solicitadas pela Secretaria.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:

1. ACM Transportes Turísticos Ltda, CNPJ nº 73.500.696/0001-99;
2. FM Turismo Ltda, CNPJ nº 27.337.522/0001-30;
3. Sautur Oliveira Viagens e Transportes Ltda, CNPJ nº 03.722.812/0001-39.

**9. Estimativa do valor da contratação**

Estima-se para a presente contratação o valor total de **R\$ 9.200,00** (nove mil e duzentos reais).

Observa-se que o referido valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

**10. Adequação orçamentária**

De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.

**11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?**

☒ NÃO.

☐ SIM. QUAL?



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**


**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

  
Liane Winter  
Ag. Admin. Auxiliar  
Responsável pela elaboração

Em acordo:


Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social

Parecer do Responsável financeiro:

- ☒ (X) Há recursos financeiros disponíveis  
☐ ( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual  
☐ ( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 03 de julho de 2023.

  
Kethllen da Silva de Lima  
Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social  
Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

**ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 010/2023**

PROJETO / ATIVIDADE:				2.064 Grupo de Convivencia dos Idosos			CÓDIGO DA DESPESA 8353		
Fonte de Recursos:		2501		Outros Serviços de Transporte			Detalhamento da Fonte: 1087		
OUTROS SERV. DE TERC. - PESS. JURÍDICA									
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.		
11	1	1	Und	Viagem a São João do Oeste - SC com saída de Nova Ramada às 05 horas do dia 23/11/2023 e retorno no dia 23/11/2023 às 24 horas, devendo ser um ônibus de no mínimo 44 lugares, equipado com toalete, som ambiente, calefação, ar condicionado, monitores de vídeo, DVD, geladeira elétrica, cafeteira elétrica e cintos de segurança	3.500,00	3.500,00			
TOTAL DA DESPESA						3.500,00			

Responsável pela Elaboração

Secretário

Empenhos

Almoxarifado